

Ata da 43ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher [CNDM]

Nos dias dezesseis e dezessete de junho de dois mil e quinze, realizou-se a quadragésima terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), na sala de reunião da Secretaria de Política para as Mulheres/SPM, com os pontos de pauta constantes no **Anexo nº 01**. No dia 16/06, das 09h00 às 12h00 ocorreu a reunião das Câmaras Técnicas (de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e Orçamento; de Assuntos Internacionais, de Legislação e Normas e a da Câmara Técnica Especial do Observatório de Gênero. No período da tarde, a Ministra **Eleonora Menicucci**, abriu a reunião e, após saudar as pessoas presentes, falou de sua alegria em inaugurar a sala de reunião/auditório multiuso, digno da SPM e do Conselho. Disse se tratar de um sonho antigo que se transformou em realidade, uma conquista do ponto de vista físico, mas, sobretudo, do ponto de vista político. Agradeceu a equipe que trabalhou na sua efetivação logística, sob a coordenação da secretária executiva **Linda (Sr. Fernando, Sr. Adriano, Sr. Rafael, e Rosa de Lourdes)**. E aproveitou para informar sobre a ampliação dos outros espaços físicos da SPM. A seguir apresentou as novas servidoras/es da SPM: **Roseli Scalabrin**/Secretária da SAIAT; **Janaína Oliveira**/Coordenadora da Diversidade, agora vinculada ao seu gabinete e **Cláudia Mendes**/Secretária da Rosa de Lourdes/CNDM. E na sequência deu posse às seguintes Conselheiras Governamentais: **Analine Almeida Specht**/titular e **Márcia Riva**/suplente da Secretaria-Geral da PR (ambas ausentes); **Gianine Portella Parizotto**/titular do MCTI (ausente); **Célia Hissae Watanabe**/titular e **Joana Santos Pereira**/suplente do MDA; **Cláudia Pereira Dutra**/titular e **Fábio Meirelles H. de Castro**/suplente do MEC (ambos presentes); **Beatriz Cruz da Silva**/titular (presente) e **Rosângela P. Santa Rita**/suplente do MJ (ausente) e **Raquel Breda dos Santos** titular (ausente) e **Antônia da Silva S. Ribeiro** do MMA (presente). Apresentou as conselheiras da sociedade civil: **Josanira Rosa Santos da Luz**/AMNB e **Chopelly Glaudystton P. dos Santos**/ANTRA. E justificou as seguintes ausências: **Silvana Veríssimo**/FNMN; **Rosimere Maria V. Teles**/UMIAB; **Rosane da Silva**/CUT; **Sueli Maria de Fátima**/FENATRAD; **Carmem Simone G. Diniz**/ABRASCO e **Maria Betânia de M. Ávila**/Notório Conhecimento das Questões de Gênero. Em seguida submeteu para aprovação a ATA da 42ª Reunião Ordinária do CNDM, mas como algumas conselheiras não tinham lido, foi dado um prazo até 23/06 para possíveis acertos. Acordou-se que a partir dessa data a ATA seria considerada aprovada. Presença na reunião (**Anexo nº 02**). Entrando no primeiro ponto de pauta, a Ministra **Eleonora** solicitou do Pleno, a indicação de uma conselheira para representar o CNDM no CONATRAP, na condição de titular. Tomando a palavra, a conselheira **Antônia Salgado**/MAMA informou que estava presente na última reunião do CONATRAP, na condição de suplente e lá a secretária executiva do CONTRAP informou que iria enviar um ofício para o CNDM solicitando a indicação da titular, em substituição à Maria das Dores. Solicitou, então, que a conselheira **Josanira da Luz**/AMNB se posicionasse, uma vez que era a entidade que ela representava o CNDM. A Conselheira **Josanira**/AMNB, ponderou que sua participação no CNDM está em processo inicial, por esta razão sugeriu que outra conselheira assumisse essa representação, pois já está contribuindo com outras pautas do CNDM. A ministra **Eleonora** esclareceu que a representação é do CNDM e não de uma organização. Referiu que não é pelo fato da Durica ter se desligado que a pessoa que a substituiu, por ser da sua organização, tenha que assumir as representações que ela exercia. E referiu que todos os conselhos são importantes, mas, na sua opinião, o CONATRAP é importantíssimo por tratar do tráfico de pessoas, que

48 embora seja um tema antigo em sua existência para a sociedade civil, entrou na agenda
49 governamental com bastante vigor, por reconhecer que se trata de um dos crimes mais
50 graves de violação aos direitos humanos. E alegou: é sabido que essa prática serve para
51 fins de exploração sexual ou para fins de remoção/roubo de órgãos para serem
52 comercializados. Disse considerar fundamental a representação do CNDM nesse
53 Conselho e solicitou que o assunto fosse tratado com cuidado e que na escolha fosse
54 considerado a disponibilidade da conselheira para participação ativa e efetiva, levando
55 sempre os posicionamentos do Pleno. A conselheira **Beatriz Cruz/MJ** informou que o
56 CONATRAP conta com uma secretaria executiva e que as reuniões acontecem a cada
57 três meses e ocorrem na Secretaria Nacional de Justiça, por coordenar a Política
58 Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e, ressaltou que a coordenação dessa
59 Política é tripartite: MJ, SPM, e SDH, e que tem vários outros representantes da
60 sociedade civil, inclusive a representação de um coletivo feminista. Referiu que a
61 discussão em relação às mulheres é central, porque a maioria das vítimas do tráfico de
62 pessoas são mulheres, utilizadas para fins de exploração sexual. Finalizou afirmando que
63 se trata de um conselho com atividades bastante importantes. **Jeanete Mazzeiro/FMM**
64 informou que sua entidade trabalha muito a questão do tráfico nas fronteiras,
65 sobretudo, o tráfico de mulheres, e acha que seria um assunto interessante se vier a
66 somar e ajudar. Colocou-se interessada e disponível em representar o CNDM nesse
67 conselho. As conselheiras **Lucia Rincon/UBM**; **Lays Gonçalves/UNE** e **Chopelly**
68 **Glaudystton/ANTRA**, falaram da importância da conselheira do Fórum de Mulheres do
69 Mercosul fazer essa representação, pelo reconhecido trabalho que exerce. A indicação
70 para Jeanete Mazzeiro representar o CNDM no CONATRAP foi acatada e referenda pelo
71 Pleno. **Lays Gonçalves/UNE** aproveitou para comunicar que está deixando a gestão da
72 UNE, e que será eleita uma nova diretora de mulheres, e, que, portanto, nessa reunião
73 se despede. E **Chopelly Glaudystton/ANTRA**, solicitou que a questão das mulheres
74 transexuais fosse discutida, por se tratar de um assunto novo, vindo a partir de sua
75 representação no CNDM. Parabenizou a gestão da ministra Eleonora por ter aberto as
76 portas do CNDM após 21 anos de luta do movimento transexual, embora no CNDM, a
77 ANTRA esteja na condição de suplência. Sugeriu que também fosse discutido o tráfico
78 das meninas transexuais. A ministra **Eleonora** agradeceu à Chopelly e informou que não
79 foi ela quem abriu as portas para o movimento transexual, mas que foi toda a SPM (a
80 Linda quando era a Chefe de Gabinete, as Secretárias Tatau Godinho, Vera Soares,
81 Aparecida Gonçalves, a então Secretária Executiva Lourdes Bandeira e Rosa de Lourdes
82 – Coordenadora-Geral do CNDM), e, principalmente as integrantes da Comissão de
83 Validação e Eleitoral do atual mandato do CNDM que se colocaram favoráveis a ANTRA
84 concorrer a uma vaga no CNDM e, finalizou, dando-lhe as boas-vindas. O ponto de pauta
85 de discussão sobre a Reforma do Sistema Político Brasileiro pela Senadora Vanessa
86 Graziotin e pela Deputada Federal Moema Gramacho foi cancelado por razão de
87 compromissos inadiáveis das duas parlamentares no Congresso Nacional (processo de
88 votação da Reforma Política). Informou que nesta manhã participou do Lançamento da
89 2ª Edição do Livro: “Mais Mulheres na Políticas”, na Câmara dos Deputados, e que
90 algumas conselheiras das Câmaras Técnicas também estiveram presentes e devem ter
91 percebido a dificuldade de se garantir os 30% de cotas nas cadeiras das comissões, além
92 das demais demandas que garantam maior participação das mulheres nos espaços de
93 poder. Em seguida foi exibido o vídeo da ministra **Eleonora** que trata da importância do
94 tema da reforma política, sob a perspectiva das mulheres (**Anexo nº 03**). Na sequência,

95 as conselheiras foram orientadas sobre a dinâmica do evento: **Participa Brasil: Políticas**
96 **para as Mulheres no PPA 2016-2019**. E ao final, se deslocaram para o auditório do
97 Anexo I do Palácio do Planalto, onde realizou-se o "Dialoga Brasil - Mulheres", que
98 contou com a presença e participação da ministra **Eleonora/SPM**; do ministro **Miguel**
99 **Rossetto** (SG/PR) e do Secretário da SPI/MPOG **Gilson Bittencourt**, com transmissão via
100 WEB para todo país, permitindo o recebimento de sugestões das pessoas previamente
101 cadastradas, além das intervenções/propostas de várias conselheiras e de outras
102 mulheres presentes. **Dia 16/06** - a reunião foi reaberta pela ministra **Eleonora** que
103 iniciou passando os seguintes informes: 1º). A Casa da Mulher Brasileira de Campo
104 Grande foi inaugurada em fevereiro de 2015, e até 03/06 já realizou 9.730
105 atendimentos. A de Brasília foi inaugurada em 02/06, mas, ainda não está em pleno
106 funcionamento (não está funcionando por 24 horas), conforme o acordado. O quadro
107 de funcionárias/os ainda está incompleto. Mesmo assim, já ocorreram 19 atendimentos,
108 dos quais 18 mulheres foram acolhidas e passaram pela triagem; 2º). A Lei do
109 Feminicídio, sancionada em 09/03/2015, já começa a ser incorporada pelos agentes do
110 Direito. 3º). Conseguiu uma agenda com o ministro da Educação - Sr. Renato Janine,
111 comentando que desde o início do ano estava em tratativa, juntamente com a Sra. Maria
112 da Penha, para discutir a inclusão da violência contra as mulheres no Ensino
113 Fundamental. 4º). Realizou-se uma oficina pela cidadania das mulheres Marajoaras, nos
114 municípios de Breves e Soure, no arquipélago do Marajó/Pará, onde Raimundinha
115 esteve. Disse que a oficina foi muito importante porque nela avaliou-se o impacto da
116 chegada dos barcos. 5º). Sobre o orçamento da SPM de 2015, esclareceu que em 2014
117 a dotação orçamentária aprovada na LOA foi de 255 milhões, sendo 76 milhões de
118 emendas parlamentares. Desse valor, arredondando, foram liberados 116 milhões,
119 utilizados em sua totalidade. Em 2015, a dotação aprovada na LOA foi de 236 milhões,
120 sendo 65 milhões de emendas parlamentares. Desse valor foram liberados 133 milhões
121 (representa um contingenciamento em relação ao total de 44% e das emendas 22%).
122 Portanto, o impacto dissona orçamento geral é muito pequeno. Para este ano estão
123 garantidos recursos para mais quatro Casas da Mulher Brasileira e dois Centros de
124 Fronteiras. 6º). Sobre o processo de construção do PPA - Dialoga Brasil no PPA 2016-
125 2019, coordenado pelo Ministro Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência da
126 República, o qual esteve presente em todos os fóruns regionais, ressaltou a importância
127 do Dialoga Brasil com as Mulheres a realizar-se à noite na PR, aberto a todas as mulheres
128 interessadas em apresentar suas propostas. Lembrou que é a primeira vez que esse
129 debate específico com mulheres é feito. 7º). Informou da realização da 48ª Sessão da
130 Comissão de População e Desenvolvimento da CNPD no período de 13 a 17 de abril que
131 o Brasil foi representado pelo MRE e que o Conselheiro Alexandre Ghisleni/MRE
132 integrou a comitiva composta por integrantes do governo, parlamentares e sociedade
133 civil. Lamentou o fato do documento final aprovado tenha ficado bem aquém das
134 expectativas do governo brasileiro, em relação aos avanços no campo dos direitos das
135 mulheres. 8º). Sobre o processo de organização da 4ª CNPM, deixou para Assessora
136 Sônia Malheiros, coordenadora da mesma, apresentar o andamento. Comunicou que
137 esteve em Belo Horizonte, onde participou de uma audiência com o Prefeito e com o
138 Secretário de Cidadania e Direitos Humanos e Participação Social, ocasião em que
139 ocorreu a abertura do processo da conferência estadual e, que a conselheira
140 Jeanete/FMM esteve presente. 9º). Em relação ao esporte feminino, alegou que tem se
141 empenhado na sua inclusão junto ao Ministério do Esporte, não apenas do futebol

142 feminino. E que fechou uma parceria de financiamento com a Presidenta da Caixa
143 Econômica, Miriam Belchior para o esporte feminino, visando sobre tudo as Olimpíadas
144 de 2016. 10º). Sobre a participação política das mulheres e a discussão da reforma
145 política, informou que ocorreram várias atividades: reunião do Fórum de Mulheres de
146 Partidos Políticos no Senado Federal com a Bancada Feminina em torno da campanha:
147 Mais Mulheres na Política; Cerimônia do Lançamento nos Correios do Selo
148 Comemorativo pelo Dia Internacional da Mulher: “Mais Mulheres no Poder”; Sua
149 participação no painel “Presença das Mulheres na Política”. Finalizou informando que a
150 senadora Vanessa (PCdoB) vem discutindo e mobilizando os estados sobre a reforma
151 política. 11º). Como presidenta da RMAAM, informou que no período de 06 a 08/07
152 acontecerá em Brasília, no Itamaraty a reunião com representantes do Mercosul, cuja
153 pauta versará sobre as diretrizes de igualdade de gênero do Mercosul. E informou que
154 no período de 15 a 28 de setembro, ocorrerá a Assembleia-Geral das Nações
155 Unidas/ONU Mulheres, que contará com a abertura da Presidenta Dilma Rousseff, e que
156 possivelmente irá acompanhá-la. 12º). Participou do Lançamento da Campanha “ELES
157 POR ELAS” – “HE FOR SHE”, em 25/06, na Foz do Iguaçu. 13º). Sobre o processo de
158 criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – PL nº
159 7371/2014, disse que o processo está em andamento junto a Bancada Feminina.
160 Ressaltou sua participação junto com a ministra Carmem Lúcia no balanço da
161 peregrinação feita pelo Brasil em prol da Campanha “Justiça pela Paz em Casa”. Que só
162 em Minas Gerais havia 70.000 processos de agressores contra as mulheres engavetados.
163 Dessa atividade resultou um impacto na celeridade nos processos de julgamentos. Uma
164 grande e importante atividade que a orgulhou de ter participado. Em seguida abriu a
165 palavra para comentários/indagações. O conselheiro **Alexandre Peña Ghisleni/MRE**,
166 referindo-se ao relato da ministra, no que diz respeito à área internacional, informou
167 que nesse ano será comemorado o 20º aniversário da Conferência de Beijing, e que, por
168 esta razão no mês de março, ocorreu uma sessão comemorativa da Comissão do
169 Estatuto da Mulher em Nova York, e salientou que a delegação brasileira foi
170 brilhantemente coordenada pela secretária executiva Linda Goulart. Informou ainda
171 que nessa sessão o Brasil teve oportunidade de denunciar a falta de avanço e o fato de
172 que estamos lutando para conseguir manter a linguagem que havíamos conquistado e
173 que essa é uma data importante e que o Brasil teve uma atuação de destaque em Nova
174 York, uma informação que merece o registro no CNDM. A ministra **Eleonora** concordou
175 que o Brasil foi muito bem representado, por uma comitiva qualificada e forte, e elogiou
176 a defesa feita pela secretária executiva Linda Goulart, sem dúvida era uma das posições
177 mais avançadas do Brasil, em relação aos demais países. Em seguida informou que a SAE
178 tem mantido reuniões permanentes com o Fórum de Mulheres das Centrais Sindicais e
179 que também tem participado ativamente do Fórum de Mulheres Empresárias,
180 coordenado pela Luiza Trajano/Mulheres do Brasil. E, finalmente informou sobre a
181 aprovação e sanção da legislação que trata dos direitos das trabalhadoras domésticas -
182 PEC das Domésticas. **Linda Goulart/Secretária Executiva**, informou que ela e a Rosa de
183 Lourdes, quando da elaboração da proposta de pauta para esta reunião e aprovação
184 pela ministra, discutiram que seria importante dar um espaço maior para que as
185 conselheiras apresentassem seus informes, por ser um momento ímpar para os
186 movimentos e suas entidades avaliarem, inclusive, a conjuntura política e social do país,
187 e tratar de vários temas de interesse das mulheres, pois principalmente a Rosa de
188 Lourdes tem recebido algumas sugestões nesse sentido, de que o Conselho deveria ter

189 mais espaço para suas representantes se manifestarem, o que imediatamente foi
190 acatado pela ministra. Assim sendo, vamos registrar as solicitações das falas. **Lays**
191 **Gonçalves**/UNE propôs que se unissem a questão do informe com a reforma política, e
192 sugeriu que se possível as entidades dessem os informes e pontuassem se tem iniciativa
193 ligada a esse tema e se têm feito alguma atividade ligada à questão da reforma política
194 e à vida das mulheres, pois acredita que se todas contribuírem o debate será
195 assegurado. **Maria Aparecida Schumacher**/AMB propôs que os informes fossem feitos à
196 partir de uma pauta a qual o CNDM deve se posicionar, disse que sabe a importância
197 dos informes, mas que em decorrência do cenário de violência atual têm alguns temas
198 que merecem mais atenção, especialmente por parte das conselheiras da sociedade
199 civil, e que devem satisfação a quem elas representam no Conselho. E concordando com
200 a Lays/UNE disse que o tema da reforma política é muito importante, mas que os
201 informes devem ser voltados para o posicionamento do CNDM, pois tem situações
202 voltadas para a questão da violência contra as mulheres como o caso assustador que
203 ocorreu no Piauí e que é esperado um posicionamento do CNDM e diante das várias
204 situações que merecem incidência no Congresso pois tem quatro ou cinco PLs correndo
205 o risco de serem aprovados. **Linda Goulart**/Secretária Executiva, esclareceu que os
206 informes devem ser voltados para assuntos que estão na pauta de interesse das
207 mulheres e, que, portanto, sejam evitados informes burocráticos. **Chopelly**
208 **Glaudystton**/ANTRA informou que na reunião que teve na SPM, foi gentilmente
209 recebida pela ministra e Lurdinha/Coordenadora da Diversidade na época, e informou
210 que foi discutido junto à ANTRA durante esses 21 anos, as questões das mulheres
211 transexuais e que na maioria dos estados em que têm filiadas, há uma queixa da rejeição
212 da SPM e, também, de parte do movimento feminista em aceitá-las nos espaços de
213 discussão, enquanto mulheres. Comunicou que as transexuais estão elaborando uma
214 proposta para realização de um Seminário Nacional de Gênero e Transexualidade, a ser
215 realizado em maio de 2016, em Pernambuco, tendo como objetivo discutir a mágoa das
216 mulheres Trans em serem rejeitadas pelo movimento de mulheres e por algumas
217 gestões estaduais, e também para ouvir o lado das “mulheres cis”. Explicou que esse
218 termo foi substituído, não é mais a mulher biológica, agora é a “mulher cisgênera”. Será
219 questionado o fato da “Política Integral de Mulheres” não ser acessível às mulheres
220 trans. A maioria dos assassinatos de mulheres trans são bárbaros. Por volta de 90% das
221 trans assassinadas são jogadas despidas em terrenos baldios ou nas ruas, e, sempre,
222 seus seios são marcados. Citou o caso recente da Verônica, que quando foi detida e
223 espancada foi exposta aos demais presidiários com os seios à mostra. Solicitou então,
224 um encaminhamento da SPM, como uma carta de recomendação ao estado informando
225 a importância do seminário e que o CNDM o apoiasse. Informou que já tratou sobre esse
226 assunto com a Sra. Silvia Cordeiro, atual Secretária de Políticas para as Mulheres, de
227 Pernambuco, que assumiu como uma de suas prioridades a participação das trans nas
228 conferências. Disse que a secretária Sílvia se comprometeu em incluí-las (se não saírem
229 como delegadas, participariam como convidadas). Ao final, solicitou apoio logístico da
230 SPM e do CNDM para realização do seminário. **Alessandra Lunas**/CONTAG informou que
231 está no processo de preparação a Marcha das Margaridas, e que acabou de chegar da
232 Caravana das Margaridas das Águas e das Florestas que está acontecendo em Manaus
233 e que tem sido recorrente, em todas as reuniões que tem estado, a repercussão nas
234 bases sobre as questões conjunturais que estão afetando o país. Informou ainda que é
235 extremamente desafiador esse momento, no qual estarão vindo para Brasília, mulheres

236 de vários recantos do país, ocasião em que ecoará um grito forte pelas questões que a
237 cada dia as desafiam com relação ao desenvolvimento rural. Disse que um bom exemplo
238 é a história da construção de mais uma proposta, a exemplo do antigo Pró-Cerrado, e os
239 impactos seríssimos causados no Centro-Oeste, e a discussão do Matupiba, um processo
240 de desenvolvimento que envolve os estados do Maranhão, Tocantins e Piauí. Foi-lhe
241 solicitado que trouxesse para o Conselho, mesmo sendo um momento da pré marcha,
242 uma discussão sobre os reflexos desse processo do desenvolvimento na vida das
243 mulheres rurais, para que todas as conselheiras tenham conhecimento das implicações
244 nas vidas dessas mulheres. **Maria Antônia Salgado/MAMA** falou da importância dessa
245 reflexão sobre o cenário atual, tendo em vista as discussões e os debates que estão
246 ocorrendo na Câmara Federal e no Senado, e que ataca fortemente as conquistas dos
247 trabalhadores. Falou também sobre a atuação dos fundamentalistas nos parlamentos
248 que reduz muito a pauta feminista com relação aos avanços que se pretende, por
249 exemplo, com a reforma política e a participação das mulheres na política. Sugeriu que
250 o CNDM se posicionasse com uma nota de repúdio sobre o estupro coletivo ocorrido no
251 Piauí. Citou um triste fato ocorrido no Pará, onde um homem jogou gasolina no corpo
252 de uma mulher e a queimou, deixando-a muito debilitada e que tiveram que
253 providenciar roupas específicas, pois ela não podia vestir qualquer tipo de roupa e
254 solicitou que o CNDM também se posicionasse com esse caso. A ministra **Eleonora**
255 solicitou que a secretária adjunta da SEV, **Aline Yamamoto**, relatasse o caso lamentável
256 ocorrido em Castelo/Piauí. Ela contou que está em contato com a Coordenadora de
257 Políticas para as Mulheres do Estado, Sra. Haldaci, e que foi enviado um ofício para a
258 Coordenadoria da Mulher e para o Secretário de Segurança Pública, solicitando todas as
259 informações em relação ao processo de investigação. Informou que por meio da
260 Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, que tem como uma das
261 ações o acompanhamento de casos emblemáticos, foi selecionado um caso do RJ para
262 ser acompanhado. Informou que o estado do Piauí criou um Núcleo de Investigação de
263 Femicídio e que uma das informações que estão verificando é a participação desse
264 Núcleo no caso de Castelo do Piauí. Informou ainda que há várias manifestações do
265 governo estadual e municipal e a SEV irá agendar visita no Piauí para marcar o apoio, o
266 repúdio e fazer um ato político para dar cada vez mais visibilidade para esses casos que
267 são inadmissíveis e que estão infelizmente acontecendo com uma frequência
268 assustadora. Na sequência, a conselheira **Valeska Zanello/CFP** se referiu às violências
269 ocorridas nos atendimentos do SUS, especificamente nos de saúde mental. Informou
270 que foi feito um levantamento em Brasília e, só no CAPS, em um ano, 35% das mulheres
271 atendidas se queixaram de violências sofridas. Chamou sua atenção o fato da violência
272 psicológica não ser notificada. Informou que foi criado um “grupo de escuta feminista”
273 e que em apenas dois meses o resultado já foi impressionante, inclusive no sentido de
274 melhora dessas mulheres. Falou que acredita que não seja só má fé dos profissionais da
275 saúde, mas um desconhecimento que vem desde os cursos de graduação. Não existe
276 formação sobre preenchimento das notificações, os profissionais não sabem como
277 proceder. Lembrou que postou na lista de discussão do CNDM proposta de mudança na
278 ficha de notificação, sugerindo que a palavra “sexismo” fosse substituída por
279 “machismo”, por ser mais conhecida e popular mesmo dentre pessoas que não estudam
280 gênero. Comunicou que participou de um seminário sobre notificação da violência
281 contra as mulheres e quebra de sigilo profissional, no Ministério Público do Distrito
282 Federal e Territórios, representando o CFP. Neste evento, os dois palestrantes

283 convidados ao invés de focar no tema, trataram da violência em geral, colocando no
284 mesmo patamar a violência contra mulheres, idosos, crianças e deficientes. A
285 conselheira lembrou que a violência contra as mulheres tem uma especificidade que foi
286 esquecida, pois, diferentemente das demais violências que geram comoção nacional,
287 ela é transversal e naturalizada, além de ocorrer, muitas vezes, com consentimento
288 silencioso da comunidade e da vizinhança. **Lucia Rincon/UBM** informou que se juntou
289 com as conselheiras Jeanete/FMM e Ivânia/CTB e foram para o Congresso Nacional,
290 mas que antes participou da reunião da CT de Monitoramento do PNPM, em que se
291 levantou a importância de que este Conselho decidisse o que fazer no momento atual
292 em que a conferência de políticas para as mulheres está sendo realizada em todo o país
293 com uma pauta específica, mas que o país está vivendo uma situação muito especial,
294 que é a situação das mulheres estarem todos os dias convivendo com a mídia as
295 insultando e com um Congresso Nacional conservador e fundamentalista. Esse quadro
296 não é só nacional, é também internacional, segundo informe da reunião da CSW. Tem
297 conhecimento de que o CNDM e a SPM são comprovadamente progressistas, o que
298 significa uma medida política de ponta. Nesse sentido, destacou três pontos que
299 considera urgente e prioritários e que o Conselho precisa tratar para aprovar nas
300 plenárias finais dos municípios: 1). A reforma política e democrática no Brasil, a qual
301 acredita que o Conselho precisa se posicionar por ser fundamental; 2). Sobre o que está
302 acontecendo com o Plano Nacional de Educação, que acredito que a companheira
303 Claudia Dutra/MEC terá mais informações. Informou que houve uma audiência pública
304 em Guarulhos, a qual foi divulgada na lista das conselheiras, e indagou qual é a ação que
305 está sendo feita, uma vez que foi aprovado o Plano Nacional de Educação e agora os
306 gestores municipais estão tirando do texto a palavra “gênero”, ou seja, estamos
307 perdendo essa batalha. Informou ainda que nos planos municipais, o Dom Odilo Scherer
308 divulgou um documento solicitando mobilização da igreja à partir das bases, para não
309 colocar essa discussão, sendo que esse não é um debate que diga respeito só a gênero,
310 diz respeito à democracia, ao respeito, à diversidade e à uma educação emancipatória.
311 3º). Sobre a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, pois está tendo a Conferência
312 Nacional de Saúde, a União Brasileira de Mulheres propôs ao Conselho Nacional de
313 Saúde a realização de uma Conferência Nacional Livre sobre a saúde da mulher, a qual
314 será realizada no início de setembro. **Rachel Moreno/RMM** referindo-se às questões
315 levantadas por Lúcia, disse que essas preocupações estão sendo discutidas em várias
316 entidades, como a Rede Mulher e Mídia, o Observatório da Mulher, um retrocesso
317 político que as mulheres estão sendo vítimas. Com relação à questão de gênero, que
318 tem sido discutido não só com relação ao projeto educacional, houve também uma
319 reunião de mobilização na Câmara Municipal de São Paulo, onde nada foi conseguido.
320 Realizou-se uma marcha da “direita” e levaram para a rua a questão da rediscussão com
321 relação ao que seria famílias homo afetivas, dizendo que isso era um pecado capital, que
322 isso não poderia avançar. Houve um avanço em termos de publicidade, inclusive sobre
323 a retirada da propaganda feita pelo Boticário, para o dia dos namorados, porque
324 segundo alguns setores, o seu conteúdo ofendia a moral e as famílias. Referiu que a
325 discussão sobre a proposta de reforma política da SPM/CNDM precisa ser colocada
326 porque ela é muito diferente do posicionamento dominante dos grupos conservadores.
327 Com relação aos episódios de violência contra as mulheres anteriormente citados,
328 acredita ser muito pouco que apenas nos posicionemos, o que deve ser feito é exigir o
329 cumprimento da Lei Maria da Penha e punições rigorosas aos agressores. Parabenizou

330 a SPM e o CNDM por ter conseguido abrir o caminho para a discussão desta questão das
331 escolas, mas também da mídia que é uma educadora informal poderosíssima, pois ela
332 naturaliza, espetaculariza a violência, reproduz estereótipos e preconceitos contra as
333 mulheres que alimentam a cultura. Informou que participou da discussão do PPA e que
334 todas as questões de gênero entraram na discussão de educação e que foi proposto
335 educação formal e informal e educação de leitura crítica da mídia, e educação de
336 desmonte. Na cultura, também propomos para que fosse incluído as discussões de
337 direitos humanos e de comunicação. **Cristiane Kondo**/Parto do Princípio informou que
338 a rede Parto do Princípio participou da elaboração da diretriz sobre cesárias, que
339 resultou em um documento, colocado para consulta pública. Disse que no processo de
340 elaboração desse documento defendeu que a mulher fosse protagonista dos seus
341 processos reprodutivos, e que ela pudesse decidir sobre seu corpo, estando ela
342 esclarecida sobre os riscos, as indicações ou alternativas, a decisão final sobre quais
343 processos, quais procedimentos fosse dela, só que o documento final não ficou de
344 acordo com os pontos colocados. Então solicitamos que o documento esteja coerente
345 com a Portaria de Direitos e Deveres dos Usuários de Saúde, uma vez que esta diz que o
346 usuário de saúde tem direito a consentir ou recusar um procedimento que seria
347 realizado em seu corpo, porém a diretriz não é muito clara sobre isso, e solicitou que o
348 CNDM emitisse uma nota para dizer só o óbvio, que essa redação esteja lá garantindo
349 que as mulheres tenham o direito e a autonomia sobre o seu corpo e no seu processo
350 reprodutivo. **Sônia Zerino**/CNTI agradeceu o espaço que a SPM abriu para que fizessem
351 o debate do mundo do trabalho e que o mesmo tem sido feito em conjunto com a
352 secretária Tatau, com as centrais sindicais, tendo em vista o debate das demandas do
353 mundo do trabalho, incluindo a questão da violência sexual, o assédio sexual, o assédio
354 moral, a questão da violência de salário desigual para trabalho do mesmo valor e tantas
355 outras violências que acontecem no mundo do trabalho. E sobre as mulheres
356 trabalhadoras que se candidatam para cargos políticos apenas para servir de laranjas
357 nos partidos para compor as listas de candidaturas, falou da importância dos encontros
358 em que se discute o verdadeiro papel da mulher trabalhadora na política,
359 conscientizando-as sobre a importância de oxigenar o cenário da política brasileira com
360 mulheres qualificadas para ocupar também cargos políticos. **Cláudia Dutra**/MEC,
361 considerando fundamental a discussão do PNE no Conselho, referiu que em 2010, a
362 proposta do Plano Nacional de Educação continha uma ampla pauta das questões das
363 políticas para a diversidade como, inclusão da palavra gênero; diversidade sexual;
364 políticas específicas que se transformaram em uma pauta geral de qualidade da
365 educação; universalização de acesso e ampliação de atendimento, onde basicamente
366 não constavam estratégias às políticas educacionais específicas no que tange ao gênero.
367 Informou que será formado pelo MEC um GT para tratar da base nacional comum. A
368 partir desse GT, será elaborado um texto base nacional comum, e o país irá discutir a
369 questão do currículo das escolas e as questões pautadas como violência, participação
370 política das mulheres e tudo o que diz respeito no âmbito da educação escolar, e que
371 teremos que entregar para o Conselho Nacional de Educação uma proposta de base
372 nacional comum e essa proposta posteriormente vai ser discutida com os sistemas de
373 ensino e contará com a participação da sociedade. Esperamos que todas as entidades,
374 os movimentos sociais e os setores governamentais se posicionem com suas propostas.
375 Em seguida, a ministra Eleonora informou à Claudia/MEC que na audiência com o
376 ministro vai reivindicar que a SPM integre esse GT. **Jacqueline Pitanguy**/Notório

377 Conhecimento das Questões de Gênero informou que não iria acrescentar nada com
378 relação à análise de conjuntura, pois acredita que o que foi colocado na reunião está
379 bem claro e referiu que estamos vivendo um momento gravíssimo de retrocesso que se
380 dá em várias áreas e que afeta grupos diversos e particularmente às mulheres. Disse que
381 queria mais que discutir conjuntura, discutir estratégia, e ao discutir estratégia teríamos
382 que pensar no caráter desse Conselho que tem, na sua composição, órgãos
383 governamentais, e é atrelado a um órgão governamental, e, ao mesmo tempo, tem uma
384 representação significativa de organizações da sociedade civil. Então acha que é
385 complexo pensar estratégia conjunta por não ser fácil porque o “ser” governo abre um
386 leque de limites e possibilidades, e o “ser” sociedade civil abre um outro leque de limites
387 e possibilidades e eles não se justapõem. Então, destacou um ponto levantado pela
388 Cláudia Dutra/MEC e que considera fundamental, que é sobre a necessidade do avanço
389 no PNE, e acredita que temos que ter um protagonismo. O CNDM, pela relevância
390 enquanto órgão deliberativo, tem que ter um protagonismo à altura das organizações
391 nele representadas. Mencionou que já foi governo, e ser governo dá limites e
392 possibilidades à ação, e ser sociedade civil dá limites e possibilidades, então pergunta
393 como conciliar isso e acha que essa questão exige uma discussão de estratégia
394 importante para se ter um protagonismo maior do Conselho e ajudar a setores do
395 próprio governo a avançar. **Josanira Luz/AMNB** referiu que o movimento de mulheres
396 negras está em processo de construção da marcha contra o racismo, a violência e pelo
397 bem viver. Alegou que essas questões remetem aos problemas conjunturais e
398 diretamente impactam na vida das mulheres. Estamos enfrentando um outro tipo de
399 violência que é a proposta da maioria penal, que se aprovada afetará diretamente a
400 juventude pobre e negra que já enfrenta e sofre situação de extermínio. Alegou que no
401 estado do Maranhão esse índice tem crescido muito, e falou do exemplo de mulheres
402 que perdem seus filhos para essas práticas de homicídios evitáveis, questionou como
403 fica a vida dessa mulher diante dessa conjuntura de violação dos seus direitos humanos.
404 Sugeriu que essa discussão seja pautada no Conselho, aproveitando o processo de
405 realização da 4ª CNPM. E sobre a elaboração do PPA (2016-2019) disse que não consta,
406 nos cinco eixos, a questão do enfrentamento ao racismo e a violência contra a mulher
407 negra e inclusão dessa população. Propôs também que o desafio de superação das
408 desigualdades socioeconômicas das mulheres negras, das mulheres do campo e
409 quilombolas, seja discutido no CNDM. **Maria Aparecida Schumacher/AMB** alegou que
410 essa investida de redução da maioria penal é bastante preocupante, e sabe que os
411 que defendem essa proposta estão mais embasados devido ao caso do Piauí. Agradeceu
412 à Aline pelas informações do apoio da SPM, presença e acompanhamento desse e de
413 outros casos de violência contra as mulheres. Reiterou às considerações feitas por
414 Jacqueline, dizendo que o CNDM deve reagir rigorosamente “porque o que aconteceu
415 em Castelo no Piauí foi como uma facada em cada uma de nós”. Informou que a revista
416 Veja publicou na sua capa menores, com a chamada: vão ficar impunes? Lembrou que
417 em Castelo do Piauí, dos cinco estupradores, quatro são menores e que estão pegando
418 esses fatos para a defesa dessa outra barbárie que é a redução da maioria penal. A
419 situação é preocupante exige vigilância e estratégias e muito barulho nosso e das nossas
420 organizações. Sobre o PNE disse que este está sendo literalmente imitado nos
421 municípios, inclusive na cidade de São Paulo, que tem um governo municipal e uma
422 secretaria da mulher progressistas. Considerou uma boa estratégia do MEC,
423 apresentada por Cláudia, da criação do GT para tratar da base nacional comum, mas

424 devemos ficar atentas para não acontecer o mesmo que aconteceu com aprovação do
425 PNE. Ressaltou que a Lei Maria da Penha está em vigor no país, e que no seu artigo 8º
426 trata da educação na escola em que a questão de gênero está incluída. Então, não dá
427 para aceitar ver parlamentares desconsiderar uma Lei que eles mesmos aprovaram.
428 Sugeriu que o CNDM se debruçasse nessa Lei e, se fosse o caso, apelasse para o STF para
429 um posicionamento. Sobre a Reforma Política, concordou com as falas anteriores, e
430 ressaltou o iminente risco de retrocessos às propostas dos movimentos sociais e de
431 mulheres. Referiu que várias organizações que integram o CNDM fazem parte da
432 plataforma dos movimentos sociais, do plebiscito e da coalizão; e informou que a
433 proposta da Bancada Feminina está em votação, mas com possibilidade mínima de
434 aprovação. Lembrou que o tema da reforma política é um dos eixos a ser discutido na
435 4ª CNPM, e que o texto base está muito bom. Ao final sugeriu que as conselheiras que
436 forem participar das conferências municipais, intermunicipais e estaduais, devem dar
437 um significado e importância à realização da 4ª CNPM, por se constituir em espaço
438 democrático de discussão para incidir nas políticas para as mulheres. Referindo-se às
439 falas de Jacqueline e de Schuma, a ministra **Eleonora** considerou fundamental que a
440 discussão focasse mesmo nas estratégias de ação do CNDM, uma vez que a realidade já
441 é conhecida e está dada. Disse que compete à sociedade civil atuar observando os
442 limites, avanços e possibilidades das ações do governo, apontando ações conjuntas.
443 Com relação à fala da Cláudia/MEC, colocou a importância da sociedade civil incidir
444 politicamente nas questões que lhe são fundamentais. Sobre a questão da Lei Maria da
445 Penha, em contraposto ao Plano Nacional de Educação, acredita ser necessário levar o
446 assunto ao STF. Reiterou que a Lei Maria da Penha é uma Lei de Estado, e que sua
447 implementação no país vai no sentido de romper com uma cultura machista,
448 historicamente instalada, referendada nas palavras da Presidenta Dilma de que, se não
449 mudar a cultura da discriminação, do preconceito, se não avançar na educação, não
450 haverá igualdade nas relações de gênero, muito menos igualdade de oportunidades.
451 Informou que amanhã (18/06) participará de programa da Globo News, juntamente com
452 uma representação da UNB, em que serão entrevistadas por Alexandre Garcia; a
453 discussão versará sobre o caso do Piauí e, certamente, a maioria penal. O governo
454 já se posicionou contrário à proposta de maioria penal. Aproveitou para informar
455 que um Deputado do Piauí elogiou a nota de repúdio, emitida pela SPM, sobre o caso
456 do Castelo/Piauí. Sobre a elaboração do PPA, ressaltou a atuação ativa e efetiva de uma
457 equipe da SPM, sob a coordenação da Secretária Executiva que participou de todo
458 processo, inclusive contando com a participação de conselheiras no Fórum ampliado
459 Interconselhos, no Participa Brasil e, agora no Dialoga Brasil específico da temática das
460 mulheres. A equipe da SPM deu a tônica às questões transversais das mulheres e de
461 gênero, discutindo e propondo, internamente e nas oficinas realizadas com outros
462 ministérios, políticas públicas afins de reverter o padrão de desigualdade entre mulheres
463 e homens, assegurando direitos e impactos na melhoria da qualidade de vida das
464 brasileiras em toda sua diversidade por meio da formulação, execução e consolidação
465 das Políticas Públicas para as mulheres, e o foco desse diálogo é de incluirmos gênero
466 na perspectiva transversal, nas políticas públicas no PPA 2016/2019, para consolidar a
467 igualdade entre mulheres e homens e garantir a ampliação dos direitos; informou que,
468 formulamos cinco objetivos e será distribuído o impresso, em seguida informou que
469 indicou a Conselheira Rachel Moreno/RMM para representar o CNDM no PPA, diante
470 de acertos entre a Linda e a Rosa de Lourdes, inclusive por ela ter participado do Fórum

471 Inter conselhos e de todo o processo para compor a mesa juntamente com o ministro
472 Rossetto/SG-PR, ela (ministra), o Secretário Gilson Bittencourt/MPOG, a secretária-
473 adjunta Neuza Tito/SAE e o secretário de Participação Social Renato Simões, que farão
474 a coordenação metodológica dos trabalhos; em seguida deu as orientações sobre a
475 dinâmica do encontro no PPA; logo após, passou para a Linda complementar. **Linda**
476 **Goulart**/Secretária Executiva informou que existe um PPA pronto e está no sistema
477 formalmente cumprindo o prazo, mas ainda não foram incorporados nele nem as
478 propostas dos cinco fóruns regionais, assim como essa escuta que começa hoje; depois
479 será a vez da juventude e, na sequência os empresários e as centrais sindicais, portanto
480 o PPA ainda não está finalizado. Informou também que há uma recomendação do
481 Ministério do Planejamento de que todos os ministérios sejam bem objetivos para ser
482 um PPA exequível, por isso foram postos cinco metas, cinco objetivos e cada um têm o
483 fundamental. **Rachel Moreno**/RMM agradeceu pela indicação e disse que espera contar
484 com a ajuda das demais conselheiras, e que todas se ajudem para que possa
485 efetivamente fazer alguma coisa consistente. **Linda Goulart**/Secretária Executiva
486 informou que além dos secretários e das secretárias adjuntas, integraram outras/os
487 servidoras/es da secretaria executiva que foram fundamentais no processo de
488 elaboração do PPA da SPM, como o Diretor de Administração Interna, sr. Fernando
489 Magalhães, Graça Carvalho e Danilo Melo (de sua equipe); Giovana que também
490 trabalhou em todo processo para atrair esses ministérios, além de Otto Medina que é
491 da minha equipe, o Fernando teve uma participação fundamental, inclusive, na
492 coordenação das nossas duas oficinas. **Jeanete Mazzeiro**/FMM informou que
493 participou do Fórum da Região Sudeste que aconteceu em Belo Horizonte e que fizeram
494 uma dinâmica que achou interessante, pois escolheram 15 pessoas para exporem suas
495 opiniões, para que pudessem resgatar as ideias e colocar no plano, e o que a
496 representante das mulheres rurais e da marcha camponesa falaram foi exatamente o
497 que foi dito aqui na reunião, e acha que o debate de hoje, do PPA se for fortalecido por
498 elas melhorará. **Clara Charf**/Conselheira Emérita falou que é fantástico ver a grande
499 evolução das reuniões em diferentes etapas da vida para a situação atual, disse estar
500 muito contente e estendeu a todas, um beijo muito carinhoso. **Dia: 17/06** – A ministra
501 **Eleonora** abriu a reunião dando sequência ao acordo feito no dia anterior, retomando a
502 lista de inscrições para a discussão sobre a análise de conjuntura e solicitou às
503 conselheiras que, se possível, introduzissem na sua intervenção, as questões sobre
504 direitos sexuais e reprodutivos, e desculpou-se por ter que se ausentar no início da tarde
505 porque estará no programa da Globo News, do Alexandre Garcia, sobre a situação do
506 Piauí, que será gravado às 14h, junto com uma professora da UnB da área do direito, na
507 temática de direitos humanos, quando passaria a coordenação para a secretária
508 executiva Linda e deu sequência à lista das inscritas. **Lídia Correa**/CMB pediu desculpas
509 por não ter participado da reunião do Participa Brasil: Políticas para as Mulheres no PPA
510 2016-2019. Referiu que a legislação hoje é muito restritiva e impeditiva à participação
511 das mulheres, em todos os sentidos, de recurso, de divulgação, de acesso das mulheres
512 na campanha. Então, propôs que se intensificasse ainda mais a campanha, para que isso
513 se torne uma grande necessidade da sociedade e obrigue o Parlamento, o Congresso a
514 votar. Informou também que recentemente foram aprovadas a medida provisória 664,
515 que atinge particularmente as mulheres, e a 665, que reduz direitos, e no Congresso,
516 estava sendo votada a urgência para o fim da exclusividade da Petrobrás na exploração
517 do pré-sal, e acha isso um grande retrocesso. Acha que devem aproveitar esse fórum, o

518 qual têm o privilégio de participarem, para aprofundar um pouco mais as medidas, ou a
519 política, para que seja melhor a cada momento. Sobre a questão do Conselho, reitera a
520 avaliação de a preocupação com a situação econômica, política e social, e apoiar
521 medidas que avancem nos direitos e no desenvolvimento da mulher e pela aprovação
522 do PL 130, que prevê multa para empresas que paguem salários diferenciados, salários
523 menores para as mulheres. **Laís Gonçalves/UNE** informou que tiveram um grande
524 encontro de mulheres estudantes da UNE, que aconteceu no mês de maio, em
525 Curitiba/PR. Sobre a votação, falou que se fala sobre os 30%, mas almejam paridade, e
526 que precisam pensar que a reforma política transcende a participação das mulheres e
527 que as mulheres que têm chegado nos espaços de poder são ainda as mulheres
528 “laranja”, como já foi colocado aqui, que são as companheiras do fulano, são mulheres
529 que vem de uma classe elitista, fundamentalista. Informou que recebeu algumas
530 mensagens de vários planos municipais que foram aprovados sem a terminologia
531 gênero, de crianças, com a plaquinha “Gênero não.” As bancadas fundamentalistas da
532 sociedade civil, disse que fala-se sobre a participação da sociedade civil. **Justina**
533 **Cima/MMC** disse que estão vivendo uma experiência bonita na realização de um projeto
534 junto à Diretoria de Mulheres Rurais do MDA, que é um projeto que foi construído com
535 movimentos de mulheres dos três estados do sul e com a Universidade Federal Fronteira
536 Sul, e estão com 18 turmas, e que todas as turmas passam por seis módulos de estudo,
537 e que estão aprofundando a questão de gênero, feminismo, agroecologia, projetos de
538 sociedade, o que irá gerar um impacto importante e positivo. Informou que é um projeto
539 que não é caro, mas que mobiliza e junta as mulheres das diferentes organizações do
540 campo potencializando imensamente nossa luta, e enfatizou que são importantes essas
541 iniciativas que às vezes parecem pequenas, mas que chegam na ponta para ir
542 construindo a ideia e as lutas a nosso favor. **Lourdes Simões/MMM** falou que na
543 perspectiva do que foi decidido na reunião do dia anterior, que é preciso pensar sobre
544 qual estratégia podem ter na atual conjuntura retrógrada que estão enfrentando.
545 Reforçou que acha que a Conferência neste ano, pode ser um instrumento importante
546 para se fazer o debate. Sugeriu que fosse produzida uma nota como Conselho, em
547 relação à questão do retrocesso na reforma política, porque acredita que é importante
548 um posicionamento do CNDM neste momento. Sobre a questão do PNE, acha que o que
549 a gente vai enfrentar ainda é o começo de uma disputa que está dada e disse que no
550 estado de São Paulo está virando um efeito cascata e citou algumas cidades; em seguida
551 disse que precisam também de um debate sobre este assunto e de repente registrar
552 dentro deste processo todo aqui de construção da Conferência, porque está grave e o
553 retrocesso é muito grande. **Sheila Sabag/RNFS** reforçou a questão do PNE e falou que
554 em Santa Catarina ainda continuavam em greve, e que as professoras/es tomaram conta
555 da Assembleia Legislativa; reforçou também sobre a fala da Schuma na reunião do dia
556 anterior sobre a questão da Lei Maria da Penha e disse que temos legislações e a Lei
557 Maria da Penha é uma lei que está em discussão, está em implantação em nível federal
558 e que tem grande importância; reforçou ainda que no capítulo primeiro, “das medidas
559 integradas de prevenção”, artigo 8º, itens II, 8º e 9º, legislações e decretos do Governo
560 Federal, e encontraram o Decreto 8.429, de 07 de abril de 2015, que altera a estrutura
561 regimental e o quadro demonstrativo dos cargos comissionados da SPM e no anexo II,
562 consta o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que antes era vinculado ao Gabinete
563 e agora está vinculado à Secretaria Executiva da SPM e falou para a ministra que
564 gostariam apenas de entender um pouco mais sobre esse processo. **Ivânia Teles/CTB**

565 falou sobre a conjuntura, disse que tudo o que está acontecendo no cenário atual foi
566 precedido dos avanços da nossa sociedade, que fez despertar a ira da direita fascista
567 que se estabeleceu no Brasil e se organizou e tomou cara, e quis declarar que não
568 aceitava os avanços do fim da miséria no Brasil. E que os governos democráticos de Lula
569 e da Dilma ameaçaram a manutenção dessa direita retrógrada. Disse que precisamos
570 compreender que tipo de instrumento podemos usar para debelar. Disse ainda que se
571 preocupa porque na organização das Conferências Estaduais isso está vindo à tona,
572 através de algumas organizações chamadas *Lions*, que estão vindo para destruir
573 conquistas e falou que em São Paulo o que está acontecendo é um absurdo, pois grupos
574 organizados entraram nos grupos de discussão e defendem as ideias mais absurdas,
575 nefastas, para a sociedade e para as mulheres. Porque se não estivermos lá no palco das
576 decisões, nós estamos fora do cenário, e o Brasil, segundo a ONU, é a 146ª posição no
577 *ranking* de participação das mulheres. Disse que precisam se alertar e fazer algo
578 diferente, pois as eleições vem aí e acredita que do Conselho precisam sair muitas
579 vereadoras, muitas prefeitas, vice-prefeitas, porque começam não é de Senadoras e
580 nem é de Presidenta da República, disse que precisam começar nos municípios onde as
581 mulheres moram, sofrem violência, sofrem abusos e discriminações. **Silvana Conti**/LBL
582 fez a afirmação de que a direita saiu do armário e que acha que isso é uma coisa que
583 temos que ter bem presente e neste momento temos um acirramento bem profundo
584 da luta de classes, acha que temos que nos dar conta disso e que é uma grande ofensiva
585 da direita no momento que a direita está na ofensiva, estamos na defensiva. Falou que
586 acha que o que a Ivânia trouxe é bastante importante, mas que acredita que precisam
587 refletir e essas reflexões tem que se traduzir em ações concretas, porque o que afirmou
588 ontem, reafirmou aqui que a política é feita para as pessoas que estão, nas
589 comunidades, nas periferias. Informou que recebeu a informação de que em Porto
590 Alegre, o Plano Municipal de Educação vai para a Câmara e o Prefeito já colocou que vão
591 efetuar cortes e que será justamente em todo o debate que se fez na Conferência
592 Municipal de Educação. E no eixo dois do PNPM, temos o que desejamos, que
593 tentássemos como uma medida momentânea, dentro da educação e que se trabalhasse
594 com a questão dos direitos humanos, transitar nessa área e depois começarmos a fazer,
595 por dentro o que a gente sabe fazer, o que a gente deseja. A ministra **Eleonora** colocou
596 que sobre as estratégias, não poderiam fechar o bloco sem pensar nas estratégias e
597 concordou que a questão de discutir no processo das Conferências. Em seguida, falou
598 das duas nota do CNDM: uma sobre o caso do Castelo do Piauí e a outra é sobre a
599 Reforma Política. Que se formasse uma Comissão para fazer as duas notas. Falou ainda
600 que a janela que a Silvana coloca, do eixo dois no PNPM, fez com que tivesse a ideia de
601 que como terá uma reunião com o Ministro da Educação, na quinta-feira, que pudessem
602 tirar uma proposta, para ela levar como uma proposta do Conselho, e acredita que é um
603 ponto forte e que vê como reforço à audiência que terá. Informou que o CNDM, ao
604 passar para a Secretaria Executiva, não perdeu a força dele como órgão deliberativo,
605 como órgão consultivo, como órgão da sociedade civil e governamental, ligados;
606 explicou que ele foi para a Secretaria Executiva, mas que continua, a ministra no caso
607 hoje, sendo ela a Presidenta do Conselho e todas as questões políticas são discutidas
608 detalhadamente com ela e então, ele não perdeu sua força política, e deixou isso muito
609 claro. Explicou que o fato dele ter ido para a Secretaria Executiva, tem uma função
610 burocrática, administrativa e de execução mais ágil do que se estivesse no Gabinete.
611 Sugeriu que avaliassem até o final do ano, se está tudo dando certo e que se observarem

612 que politicamente ele perde a força estando na secretaria, executiva o que ela não acha
613 que irá acontecer, voltarão a discutir. Informou que a parceria entre a secretária
614 executiva e ela é total e que discutem tudo. Informou que nada é decidido sem passar
615 por ela, por ser sua uma atribuição como presidenta do CNDM. **Cristiane Kondo**/Parto
616 do Princípio falou que se sentiu “pega de surpresa” pelo fato do CNDM ter passado para
617 a secretaria executiva da SPM e sentiu que sequer foram informadas sobre a mudança
618 e se sentiu profundamente ofendida. A ministra **Eleonora** referiu que Cristiane colocou
619 uma questão muito procedente, a de não ter sido colocado em discussão no CNDM a
620 mudança do organograma da SPM passando o CNDM para a secretaria executiva da
621 SPM. Disse ser uma pessoa que não tem problemas em assumir equívocos. Esclareceu
622 que em momento algum foi por desconsideração ao Conselho, e disse “se foi passada
623 essa impressão, enquanto ministra e presidenta do CNDM, peço desculpas”. E
624 continuou, como essa questão foi levantada, incomodando a todas, essa mudança será
625 rediscutida. **Jacqueline Pitanguy**/Conselheira de Notório Conhecimento das Questões
626 de Gênero colocou que ficou surpresa, porque soube hoje que havia uma mudança
627 estatutária da posição do Conselho. Disse que seria interessante que medidas como
628 essa, que afetam o caráter estatutário do Conselho, mesmo que do ponto de vista
629 regimental haja um poder da presidência, fosse conversado com o Pleno, talvez até
630 criando um GT para analisar a proposta. **Maria Aparecida Schumacher**/AMB falou do
631 apreço que tem pela Ministra e que acha que a Secretária Executiva da SPM tem as
632 responsabilidades independentes porque ocupa um lugar com função executiva. O
633 CNDM tem a sua secretaria executiva que executa as tarefas que lhe cabem.
634 Concordando com Jacqueline, disse que nesse momento a SPM não corre risco algum
635 com essa mudança no seu organograma, mas a vê como uma perda de poder para o
636 CNDM que, aliás, é presidido pela ministra. Comentou que mexeram com a estrutura do
637 CNDM sem consultar o Pleno e nem sequer informá-lo. E que coloca em discussão qual
638 é o papel das/o conselheiras/o diante da situação confortável de silêncio, e o silêncio
639 não ajuda a SPM, não empurra a SPM para frente e não faz com que a SPM se mantenha
640 no caminho que deseja e sonha. Colocou a questão como ponto emergencial de pauta,
641 uma vez que necessita de uma discussão, especialmente junto as conselheiras da
642 sociedade civil, como é que estão se comportando, qual é papel de cada uma dentro do
643 CNDM. **Jeanete Mazzeiro**/FMM, após expressar toda sua tristeza e desencanto em
644 relação ao resultado da votação da reforma política na Câmara dos Deputados, sobre a
645 mudança ocorrida no organograma da SPM, disse que nem prestou atenção, mas que
646 também ficou chocada quando tomou conhecimento. Concordando com as falas de
647 Jacqueline e Schuma, disse que confia na Ministra, que é uma pessoa firme, combativa
648 e atuante, em rever tudo isso. **Lúcia Rincon**/UBM alegou que talvez a dinâmica com o
649 Conselho seja também melhor, mais fácil, com a Secretaria Executiva. E se dirigindo às
650 conselheiras informou que outros conselhos nacionais estão ligados à secretaria
651 executiva. Então, por essa coisa da agilidade, da intensificação do trabalho, vê como
652 positivo a mudança. **Jeanete Mazzeiro**/FMM sugeriu que a próxima reunião do CNDM
653 fosse antecipada, devido a tantas coisas que estão acontecendo, e, também, devido a
654 realização das conferências. Considera fundamental aprofundar a discussão sobre os
655 eixos da 4ª CNPM, particularmente o que trata do Sistema Nacional de Políticas para as
656 Mulheres para maior conhecimento das conselheiras. **Lourdes Simões**/MMM,
657 referindo-se à fala de Schuma com relação a mudança no organograma da SPM, alegou
658 que a Ministra deveria tê-las informado, conversado a respeito, colocado as justificativas

659 do porquê da mudança. A preocupação é no sentido do que possa vir à frente e
660 defendeu a importância do Conselho ficar ligado ao Gabinete para assegurar o futuro,
661 porque não se sabe o que pode acontecer. **Silvana Conti/LBL**, disse que não tem dúvidas
662 de que o grande objetivo que todas têm é fortalecer o Conselho. Para isso lembrou ser
663 importante que a Comissão Política funcionasse, justamente para ter mais participação,
664 mais diálogo, mais empoderamento de todas conselheiras; porque as presidentas das
665 CTs, são suas representantes. E finalizou propondo que esse debate de fortalecimento
666 do CNDM deve continuar. **Justina Cima/MMC** reforçou a questão da organização
667 interna, mas que talvez aquilo que parecia ser uma organização burocrática, não tinha
668 só esse caráter e acabou tendo um caráter político e reforçou ainda que conforme dito
669 pelas demais companheiras, não se trata de colocar dúvidas em quem alterou a
670 estrutura do CNDM, a questão que fica é de como potencializar democraticamente este
671 espaço para poderemos avançar. **Josanira da Luz/AMNB** disse que levando em
672 consideração a temática, é relevante que elas enquanto conselheiras possam refletir e
673 garantir a democracia, principalmente a democracia participativa e o papel que
674 representa o Conselho. Disse ainda que é de extrema relevância que tudo que tange ao
675 Conselho, possa ser discutido no Pleno para deliberação. Ressaltou a competência e
676 compromisso da equipe que integra a secretaria executiva da SPM, mas considera
677 necessário o diálogo com o Pleno quando surgir proposta de mudança na estrutura do
678 CNDM. A ministra **Eleonora** ponderou: “se veio a discussão e se houve todo esse mal
679 estar, temos que resolver”. E acrescentou que nem a Linda, nem ela querem sair da
680 reunião com este mal estar. Reconheceu que ocorreu uma falha na mudança do
681 organograma da SPM sem a devida consulta ao Pleno e assumiu que a falha seria
682 corrigida. A mudança foi tratada como um ato administrativo, julgávamos maior
683 agilidade no funcionamento do CNDM, mas as decisões políticas continuariam sendo de
684 responsabilidade da ministra, por presidir o mesmo. Informou que a secretária executiva
685 Linda não decide nada sem falar com ela. E fez as seguintes considerações: desde que
686 assumiu a presidência do CNDM, reativou a Coordenação Política, mas a mesma nunca
687 funcionou, nenhuma das presidentas das CTs a pressionou para que funcionasse, o que
688 a fez esquecer da mesma. Lembrou que foi pensado funcionar *online*, mas, também, não
689 funcionou. Disse considerar fundamental a reativação da Coordenação Política do
690 CNDM. Sugeriu que as conselheiras através da Rosa de Lourdes marcassem a primeira
691 reunião. Falou ainda que não acha, em hipótese nenhuma, que é insolúvel e se as
692 conselheiras estão colocando essas questões políticas, temos então que discuti de forma
693 proposita e transparente, o que quer dizer que estamos assumindo que ao divulgar o
694 Decreto passando o CNDM para a Secretaria Executiva da SPM, não atentamos para o
695 Regimento Interno do CNDM, ou seja, ele não foi lembrado. Portanto, não vê empecilho
696 que se faça uma revisão nesse procedimento administrativo, ou o CNDM ficaria na
697 secretaria executiva da SPM sem estar em termos de Decreto. Referiu que alguns
698 conselhos estão na Secretaria Executiva, sobretudo, o da Saúde, em que não é o ministro
699 que o preside, ele é conselheiro. Sobre a questão que foi posta, que é a questão
700 regimental, então, se o conselho sai no organograma da secretaria executiva da SPM e
701 volta para o gabinete da ministra, não quer dizer, em hipótese nenhuma, que a
702 secretaria executiva da SPM que vai tocar, assim, na prática. Eu sou a presidenta e a
703 secretaria executiva do CNDM exercerá a sua função de garantir o seu funcionamento.
704 Ao final ponderou que estava aberta à posição das conselheiras com relação a uma
705 tomada uma decisão. **Linda Goulart/Secretária Executiva** falou que não tem quase nada

706 a acrescentar ao que a ministra falou, porém enfatizou que reconhece que houve um
707 erro no processo, de não ter conversado com o conjunto das conselheiras. Ponderou
708 que essa mudança veio no bojo de outras mudanças da estrutura da SPM, por exemplo,
709 de levar a coordenação de diversidade da SAIAT para o gabinete da ministra; de se criar
710 coordenações locais da SPM em cada Casa da Mulher Brasileira. Essa mudança do
711 conselho para a secretaria executiva da SPM, realmente diz respeito a esse Pleno. Disse
712 que reconhece que deveria ter tido uma discussão em uma das reuniões do CNDM antes
713 da tomada de decisão. Disse ser a favor da formalização das decisões e, que, portanto,
714 à depender da decisão tomada nesta reunião, a mudança será corrigida e enviada para
715 o Ministério do Planejamento. **Lúcia Rincon/UBM** sugeriu para a ministra e para a Linda
716 de reunir a coordenação política do CNDM, para apreciar as hipóteses que foram
717 levantadas e retornarem na próxima reunião do conselho o que for definido. **Matilde**
718 **Ribeiro/**Conselheira de Notório Conhecimento de Questões de Gênero disse que seu
719 encaminhamento era na mesma linha do encaminhamento da Lúcia Rincon, de ser
720 pauta na próxima reunião do conselho. **Maria Aparecida Schumacher/AMB** falou que se
721 a Coordenação Política está com as Presidentes das Câmaras Técnicas, ela será uma das
722 integrantes e reagiu à Lúcia Rincon, pois acredita que a responsabilidade de tomar a
723 decisão não deve ser das presidentas das CTs. Disse que o Pleno tem que se manifestar
724 e não apenas quatro pessoas. **Ivânia Teles/CTB** acha que compreendeu a proposta da
725 Lúcia e compartilha com ela, que na realidade, a decisão não será da Coordenação
726 Política, mas que o que a Coordenação Política decidir seria trazido na próxima reunião
727 do CNDM para aprovação ou não. **Jacqueline Pitanguy/**Conselheira de Notório
728 Conhecimento das Questões de Gênero esclareceu que entenderam mal o que a Lúcia
729 falou e na realidade concordam que é importante reativar a Coordenação Política.
730 **Jeanete Mazzeiro/FMM** sugeriu que houvesse uma reunião extraordinária, só para
731 tratar deste assunto, porque é um assunto pertinente, e muito importante para todas
732 as conselheiras. A ministra **Eleonora** falou que não foge de reunião, mas é muito caro
733 uma reunião do conselho e que não vê necessidade de realizar uma reunião
734 extraordinária, para discutir só isso. **Jeanete Mazzeiro/FMM** disse que concorda com a
735 ministra. A ministra **Eleonora** fez uma proposta intermediária, a Coordenação Política
736 se reúne, antecipamos a reunião de setembro, por vários motivos, pelo processo da
737 conferência que está em andamento, pelo processo da reforma política que está aí, e
738 disse que não vão ficar engasgados até setembro, pelo processo de discussão da
739 maioria penal, além de outros pontos de pauta que estamos discutindo. Referiu que
740 que a próxima reunião está marcada nos dias 15 e 16/09, independente da pauta posta
741 por vocês do conselho, ela está muito longe, frente a essa situação da conjuntura política
742 e sugeriu que fosse antecipada para agosto, lembrando que a primeira semana é repleta
743 de compromissos, devido às comemorações da Lei Maria da Penha. Referiu que na
744 segunda semana também tem a Marcha das Margaridas. Abriu então para discussão e
745 proposta de datas. **Maria Aparecida Schumacher/AMB** enfatizou e concordou
746 plenamente com a sugestão de mudança, disse que estava deixando para falar na
747 agenda da conferência, porque está na Comissão Organizadora, representando o CNDM,
748 que tem que estar envolvido, preparado, informado e comprometido. Para isso, acha
749 que quanto mais rápido puderem antecipar melhor, final de julho ou no máximo, na
750 segunda semana de agosto. **Rachel Moreno/RMM** enfatizou que acha que ficou claro
751 que tem algum risco, dentro daquilo que aconteceu e que o risco não tem nada a ver
752 com as pessoas presentes, solicitou que mudassem um pouco o trabalho da conferência,

753 solicitou também que mudassem um pouco esse cenário e tornassem a coisa mais
754 positiva, e questionou se não há dúvidas, por que precisam de mais uma reunião para,
755 então, discutir isso, prologando essa situação por mais tempo, por que não agora?
756 **Matilde Ribeiro**/Conselheira de Notório Conhecimento de Questões de Gênero expôs
757 que sua questão é de calendário, já que estão falando na antecipação da reunião de
758 setembro, lembrou a todas que a reunião de novembro está dentro do Dia da Marcha
759 Nacional de Mulheres Negras e então está colocando como lembrete, já para mexer em
760 calendário. **Justina Cima**/MMC falou sobre a antecipação da reunião e que a reunião vai
761 ser para poder potencializar o debate, o conteúdo das conferências municipais,
762 intermunicipais e estaduais, para que todas saiam com mais elementos e que possam
763 contribuir nas conferências. Então acha que é bem importante acharem uma brecha
764 para que possam fazer isso; disse que a outra questão é que tem duas reuniões
765 agendadas da Comissão Organizadora da Conferência, disse que queria socializar que
766 uma proposta de data é 27 e 28 de julho ou 24 e 25 de agosto. A ministra **Eleonora**
767 informou que tem uma proposta da Linda, de data e disse que transfere, poderia então
768 marcar a reunião do Conselho nos dias 27 e 28 de julho e as conselheiras que integram
769 a comissão organizadora da 4ª CNPM permaneceriam em Brasília para participarem da
770 reunião nos dias 29 e 30. **Maria Antônia Salgado**/MAMA concordou com o
771 encaminhamento da ministra. A ministra **Eleonora** concordando com a fala da Justina
772 disse: primeiro a discussão de onde está o Conselho é uma coisa e a discussão da
773 antecipação da reunião do CNDM é outra. A antecipação da reunião seria em função da
774 conferência, principalmente pela necessidade de aprofundarmos a discussão sobre os
775 seus eixos, particularmente o que trata do sistema nacional de políticas para as
776 mulheres, além da discussão sobre a proposta em discussão no Congresso Nacional
777 sobre da maioria penal. Perguntou então se tudo bem antecipar a reunião do CNDM
778 para os dias 27 e 28 de Julho e a reunião da comissão organizadora da 4ª CNPM para os
779 dias 29 e 30, no que houve concordância por unanimidade. Em seguida abriu as
780 inscrições para a discussão do ponto de pauta sobre os direitos sexuais e direitos
781 reprodutivos. **Jacqueline Pitanguy**/Conselheira de Notório Conhecimento das Questões
782 de Gênero começou fazendo uma introdução ao tema e disse que a agenda do
783 feminismo comporta temáticas diferentes, que as mesmas se estruturam na sociedade,
784 no jogo político, de uma forma, muito diferente. Então a temática da violência contra a
785 mulher, pensando em um sentido mais estratégico, mais político, é uma temática que
786 tem uma legitimidade muito maior, tanto em nível da sociedade, como do imaginário
787 social. Por outro lado, disse: se tomamos a agenda feminista ao longo das últimas
788 décadas, veremos que a questão dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, é uma
789 questão travada e tem avançado pouco, porque o nosso campo de aliados é um campo
790 menor, mais estreito e falou também que entra aí como um ator político forte, a religião
791 enquanto força política, enquanto crença, a religião que mexe também com os corações
792 e mentes das pessoas. Falou também que estamos com o descompasso muito grande,
793 quando nós pensamos na agenda dos direitos da mulher, dentro dos direitos sexuais e
794 reprodutivos, é interessante observar que, nos anos 2000, a agenda LGBT avançou
795 muito mais do que algumas temáticas da agenda dos direitos reprodutivos das
796 mulheres. O CNDM, também adotou uma outra posição, no sentido de expandir
797 permissivos, que o mesmo participou de uma campanha com relação a anencefalia,
798 então é uma outra posição a de cuidar do que já existe, para que não haja retrocessos.
799 Questionou também qual é a nossa posição, por exemplo, frente ao Conselho Federal

800 de Medicina, falou que esse tipo de debate seria importante e necessário para que
801 fizéssemos nesse espaço, um espaço dos direitos das mulheres. Os direitos reprodutivos
802 são intrínsecos aos direitos das mulheres. **Maria Aparecida Schumacher/AMB** acha que
803 tem ameaças cotidianas de retrocesso e informou que foi falado no Congresso que vai
804 primeiro a reforma política, depois a redução da maioria penal e na sequência será
805 a mudança na Constituição, pois há o direito à vida desde a concepção, disse que está
806 lá colocado, e que o relator tem uma bancada enorme e afirmou que todas,
807 principalmente, da sociedade civil têm que pensar o que vão fazer, disse ainda que todo
808 mundo sabe que há uma Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela
809 Legalização do Aborto que algumas das organizações desse conselho a integram como
810 a Marcha Mundial de Mulheres, a União Brasileira de Mulheres, a Central Única de
811 Trabalhadores, a Rede Nacional Feminista de Saúde. **Maria Antônia Salgado/MAMA**
812 falou que achou pertinente a questão levantada pela Jacqueline, a respeito do que
813 pensam enquanto Conselheiras, enquanto representantes da sociedade civil sobre o
814 que têm construído a respeito da temática do aborto, já que estão em várias frentes,
815 qual é a posição delas enquanto sociedade civil e quais estratégias para enfrentarem
816 esta questão. **Rosali Scalabrin/SAIAT** disse que, à pedido da ministra, assumiu a tarefa
817 honrosa de conduzir a SAIAT. Falou que desde de 2013, quando começou a surgir o
818 projeto de Registro Civil do Natimorto, a Aline analisou com olhar Jurídico e a Rurany
819 com olhar dos Direitos Reprodutivos e inclusive, acha que a Ministra já está
820 encaminhando mais uma vez, já que está aprovado e isso é um risco muito grande de
821 ameaça porque vai ser mais uma prova de criminalização da mulher que abortou porque
822 terá um registro. Disse crer que o Ministério da Saúde deve se posicionar contrário
823 também. **Valeska Zanello/CFP** falou em nome do Conselho Federal de Psicologia, o que
824 têm feito e disse que o CFP publicou uma nota, colocando uma posição, completamente,
825 favorável à descriminalização do aborto, independente dos motivos que a mulher
826 apresente. Estão elaborando um *e-book*, que vai ser distribuído também para todos os
827 Psicólogos no Brasil, cujo tema vai ser “Aborto e não desejo de maternidade”. Apesar
828 de ter 30 anos o livro de Elizabeth Badinter, O mito do amor materno permanece
829 desconhecido e pouco lido nos cursos de Psicologia. Daí a necessidade de desconstruir
830 ideologicamente um tipo de discurso que naturaliza a maternidade para as mulheres.
831 **Isis Tavares/CNTE** falou que, em relação ao aborto, acha que na conjuntura foi bem
832 exposto. Parabenizou o CFEMEA. Colocou que o que as atrapalha nesse debate,
833 também em relação à questão do aborto e dos direitos reprodutivos das mulheres é o
834 discurso fundamentalista de alguns parlamentares que enaltece a família. Que família?
835 Então aquela família que tem mulher, que tem avó, tia não vai ser reconhecida como
836 família, não terá direitos? Então tem algumas coisas que precisamos ver qual vai ser a
837 nossa tática, falou que esse é o grande desafio, para que possam estar garantindo nossas
838 conquistas e quem sabe até avanços, **Lúcia Rincon/UBM** disse que a sua entidade
839 defende a descriminalização e a legalização do aborto. Referiu: estamos com a nossa
840 conferência em curso e que um dos nossos eixos é o da saúde das mulheres. A
841 Conferência Nacional de Saúde está em curso e a intenção da UBM, ao propor essa
842 discussão é exatamente no sentido de garantir que as pessoas reflitam e se informem
843 sobre a nossa pauta, para dentro das plenárias da 15ª CNS possam defender a nossa
844 pauta, às conquistas dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. **Sheila Sabag/RNFS**
845 falou que a atuação da Rede é diretamente na saúde que também integra a Frente
846 Nacional pela Legalização do Aborto. Disse que quando discutem, por exemplo, o

847 Estatuto do Nascituro, há quem desconhecem as legislações, como o serviço de
848 atendimento ao aborto legal. Considera fundamental essas questões serem levadas à
849 15ª CNS. **Raquel Moreno/RMM** falou que sua organização é constituída por entidades
850 feministas preocupadas com a questão na mídia. Como entidade feminista, obviamente,
851 todo mundo em campo a questão da descriminalização e legalização do aborto, lembrou
852 que duas ou três pessoas falaram: “*Precisamos produzir uma posição nossa e divulgá-*
853 *la.*” Merece uma estratégia a ser traçada em termos de como é que vamos multiplicar
854 as conclusões. Uma discussão sobre a questão da mídia, para que possam se posicionar
855 e fazer alguma coisa a respeito. **Clara Charf/Conselheira Emérita** disse que acha que é
856 um avanço muito grande e importante a vinda da ministra Eleonora para este trabalho,
857 por ser uma pessoa muito ativa, muito dinâmica, junto com todas as outras presentes.
858 Falou que ficou surpresa em ver a quantidade de conselheiras jovens que entraram
859 também na discussão das questões do CNDM. Referiu que essa reunião é muito
860 importante, mas a ação, o contato com as pessoas que não são organizadas é mais
861 importante. Portanto é necessário divulgarem todas as ações para que se conquistem
862 mais pessoas para às nossas causas. Em seguida despediu-se, pois precisou sair antes do
863 final da reunião. **Cristiane Kondo/Parto do Princípio** falou que sua rede está trabalhando
864 para que possam conseguir efetivamente, retomar o protagonismo das mulheres sobre
865 seus próprios processos reprodutivos e disse que trabalham com essa questão e querem
866 a maternidade como um direito e não como um dever; o porquê do profissional de
867 saúde resolver telefonar para a polícia antes de fazer o atendimento adequado; o
868 porquê de fazerem procedimento doloroso em uma mulher, como por exemplo, a
869 curetagem sem anestesia. Falou que existe um peso grande da criminalização nesse
870 atendimento, que precisam legalizar, que precisam descriminalizar. Disse que querem
871 um pouco mais de pulso firme, mais rigor do Ministro da Saúde e de todas as instâncias
872 que tem que correr atrás disso. Falou que precisam de muitas coisas, mas precisam
873 também assegurar que as mulheres possam ter um atendimento adequado no serviço
874 de saúde, precisam assegurar que as jovens, as adolescentes, as meninas que estão
875 grávidas possam sim continuar estudando, precisam assegurar que toda a sua rede
876 possa sim, acolher a pessoa que decide pela sua maternidade ou não. **Lays**
877 **Gonçalves/UNE** contextualizou que, sim, vivemos uma ofensiva conservadora muito
878 grande no nosso país e disse que concluiu grande encontro que teve como tema: “*Vozes*
879 *Feministas Ocupando as Universidades e pela Democracia*”. Disse que então quando
880 falam de monitoramento da mídia e de pensar políticas que incentivem uma mídia
881 alternativa feminista, ela acha que é algo que esse Conselho, algo que a SPM pode estar
882 contribuindo, porque não falamos apenas da legalização do aborto, falamos de
883 descriminalização das mulheres que fazem o abortamento também, porque ele está aí
884 acontecendo. Falou que se estamos com dificuldade de avançar com esse Congresso
885 conservador, com Projetos de Lei, que de fato mudem a vida das mulheres, que
886 consigamos pensar mecanismos de disputar a opinião pública em relação a isso e aí,
887 dessa forma teríamos que pensar em caminhos para tal. **Antônia Samir/MMA** disse que
888 na Ceilândia, há um avanço do evangelismo, do discurso da direita ultrarreacionária que
889 sataniza os avanços democráticos da sociedade, que não entendem que o aborto não é
890 questão de fé, de crença, mas é uma questão de saúde pública, de direito humano, disse
891 que fica extremamente preocupada com a elitização do discurso de convencimento, e
892 acredita que a forma de atingirem a sociedade é a questão de socializarem o discurso.
893 Colegas estão morrendo, as mulheres da floresta quando tem gravidez indesejada estão

894 sofrendo e morrendo em clínicas clandestinas de aborto e sabemos que é feito e que
895 acontece, que as clínicas clandestinas estão aí, e que as “Jandiras” estão morrendo.
896 Sugeri que possamos como estratégia, divulgar o número de meninas e mulheres que
897 morrem diariamente, em abortos feitos clandestinamente no desespero e na solidão de
898 gravidez indesejada. **Lourdes Simões/MMM** falou que a marcha também compõe a
899 Frente contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto desde o início,
900 falou que inclusive estão em um processo neste ano de organização da 4ª Ação
901 Internacional e no Brasil, resolveram fazê-la de forma descentralizada, exatamente para
902 poderem permitir maior debate com as mulheres a partir do seu território, então o lema
903 é “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, mas o tema tem três eixos que
904 é trabalho, corpo e território, exatamente, para poderem fazer esse debate da
905 autonomia das mulheres, do direito de decidir das mulheres, do direito sobre o seu
906 próprio corpo nesse processo todo. **Jacqueline Pitanguy/Conselheira de Notório**
907 **Conhecimento das Questões de Gênero** ressaltou que estão falando de um trabalho
908 político do Conselho no sentido de que querem discutir e influir nesse campo que
909 comporta tantos atores diferentes, como as igrejas, a saúde, os movimentos de
910 mulheres, dogmas religiosos, etc., e acha que a definição da Organização Mundial de
911 Saúde, até as 12 primeiras semanas, de uma forma descriminalizada, a partir daí, entram
912 permissivos em situações. Quando o CNDM e a REF fizeram campanha pelo direito a
913 interromper a gestação em situações de anencefalia, inclusive indo a jornais e
914 distribuindo material, o que mais ouviam é: “*O que é isso?*” no Congresso Nacional, com
915 relação ao aborto. A ministra **Eleonora** referiu que a discussão foi excelente e comentou
916 sobre a apreensão sobre a possibilidade de retrocessos, não só na questão dos direitos.
917 Lembrou que temos aqui o Observatório de Gênero, temos a SAIAT que trata de mulher,
918 poder, política e saúde, pode fazer em comum acordo, junto com o Observatório, tem
919 Assessoria Parlamentar, e podemos fazer a junção das três, coordenada nesse caso
920 específico pelo Observatório, que juntos focam a questão de como anda, o que tem no
921 Congresso Nacional e qual processo é esse, quantas são as temáticas que levam ao
922 retrocesso. Acredita que como antecipamos a reunião para julho, gostaria que na
923 reunião da Coordenação Política do Conselho, que deve ser em julho, que também faça
924 pontos de pauta de estratégias para discutir, ter um tempo maior na reunião da
925 Coordenação, para amarrar, independente das notas que vão sair, e disse que está
926 falando muito focada na questão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, da questão do
927 aborto. Disse que a Rurany e a Aline podem falar do que junto com o Ministério da Saúde
928 temos feito para avançar e melhorar a qualidade do atendimento nos hospitais que
929 fazem serviços de abortamento, nos casos previstos em Lei, porque a gente não está
930 chamando mais previstos em Lei, para anencefalia não é previsto em lei, é legal; nos
931 casos legais no Brasil, que são três, disse que então o que parte daqui é isso, quer dizer,
932 a reunião da Coordenação pautar para a próxima reunião sobre a questão do aborto.
933 Disse que sobre o retrocesso e a situação do Piauí, tem que sair duas notas hoje, e a
934 questão da infraestrutura logística que a SPM possa oferecer, a Secretaria Executiva
935 pode coordenar o Observatório junto com a SAIAT e a SEV, o que parte delas, assim, que
936 estão dentro dessa questão temática das duas questões e articular com a Assessoria
937 Parlamentar nossa, que faz no Congresso esse levantamento. **Rosa de Lourdes/CNDM**
938 avisou que as integrantes da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, irão almoçar
939 junto com a Assessora Internacional/SPM Cláudia Vasques, pois ontem ela não pôde
940 participar, porque estava representando a ministra em uma reunião externa. Com

941 relação aos relatos e discussão das reuniões das Câmaras Técnicas, **Linda**
942 **Goulart**/Secretária Executiva apresentou a proposta da Lourdes Simões/Presidenta da
943 CT de Assuntos Internacionais), de postar na lista para considerações das conselheiras e
944 submeteu ao Pleno, para ganharmos maior tempo na discussão sobre a 4ª CNPM. Após
945 uma rápida discussão, a proposta foi aprovada por unanimidade com as seguintes
946 intervenções: **Silvana Conti**/LBL falou da indicação de uma das conselheiras que
947 integram a CT de Planejamento e Orçamento, para assumir a sua presidência, tendo sido
948 indicada pelo Pleno a conselheira **Justina Cima**/MMC. (**Anexos nº 04** - Relato da reunião
949 das CTs de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e Orçamento); (**Anexo nº 05** –
950 Relato da reunião da CT de Legislação e Normas); (**Anexo nº 06** – Relato da reunião da
951 CT de Assuntos Internacionais) e (**Anexo nº 07** – Relato da reunião da CTE do
952 Observatório de Gênero). Sobre os informes previamente postados na lista referentes
953 às ações da Secretaria Executiva (**Anexo nº 08**), da SAIAT (**Anexo nº 09**), da SEV (**Anexo**
954 **nº 10**) e da SAE (**Anexo nº 11**), não houve nenhum questionamento e nem solicitação
955 de esclarecimentos. **Sônia Malheiros**/SPM deu um informe geral sobre o andamento do
956 processo de organização da 4ª CNPM. Em seguida passou a palavra para Silvana
957 Conti/LBL, para dar o informe da subcomissão de articulação e mobilização e em seguida
958 para Eliana dar um informe da Subcomissão Temática de Relatoria da Conferência. Falou
959 que o que já foi feito está publicado no site da SPM e disse que publicados já no Diário
960 Oficial da União e disponíveis no site estão o Decreto de Convocação, a Portaria que
961 institui a Comissão Organizadora e Coordenação Executiva, a portaria que dispõe sobre
962 Regimento Interno e a Portaria 88, de 28/05, que retifica a Portaria que institui a
963 Comissão Organizadora, integrando uma representante do Fórum Nacional de
964 Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e para uma representante Titular e uma
965 Suplente, também do Fórum de Organismos Governamentais de Política para as
966 Mulheres. Então temos como Titular uma representante da Secretaria de Políticas para
967 as Mulheres da Bahia e uma Suplente da Secretaria Especial de Políticas para as
968 Mulheres de Goiânia, de um Fórum Municipal. Então essa Portaria 88 faz essa retificação
969 na Portaria 62, que tinha instituído a Comissão Organizadora e essa mesma Portaria faz,
970 um ajuste também no Parágrafo do Regimento Interno, que indica que a Comissão
971 Organizadora é composta de seis Titulares e seis Suplentes, para sete Titulares e sete
972 Suplentes. Então todo esse material está disponível no link da Conferência, no site da
973 SPM. Avisou que todo esse material, Decretos, Regimentos, etc., foram encaminhados,
974 também, para toda lista de *e-mails* dos Fóruns, dos Conselhos de todo o Brasil e
975 divulgado amplamente. Avisou que também está no site da SPM a proposta preliminar
976 do Texto Base, que aborda os Eixos 1, 2 e 4 e explicou que o Eixo 3, está para aprovação
977 final, pois a Nalu Faria já mandou a proposta que repassei para as integrantes da
978 Comissão Organizadora colocarem suas observações. Portanto, está em fase de
979 fechamento. Informou ainda que está disponível também no site, o roteiro de relatório
980 para as Conferências Livres, para as Conferências Municipais e Intermunicipais e os
981 Decretos e Portarias, publicados no Diário Oficial. Falou que estão tentando reforçar a
982 estrutura para a organização da Conferência, utilizando recursos do PRODOC na parceria
983 da SPM com a ONU Mulheres, e que já está disponível no site um edital que contrata
984 uma consultoria, uma pessoa física para coordenar toda área de comunicação da
985 Conferência. Falou também que foi contratada uma empresa para a elaboração da
986 identidade visual e logomarca da 4ª CNPM e informou que depois a Adriana da ASCOM
987 apresentará a proposta da identidade e logomarca e que também foram contratadas

988 três consultoras para a redação do Texto Base, também via PRODOC. Informou que as
989 consultoras contratadas para a redação do texto foram a Lourdes Bandeira, a Odete
990 Pereira e a Nalu Farias, e integraram a equipe pelo CNDM, a Betânia Ávila e a Matilde
991 Ribeiro. Avalia que teremos gente para dar uma carga na divulgação, nas notas, fazer
992 matérias, indo em algumas conferências, pois o edital prevê a ida em várias Conferências
993 nas diferentes regiões do país, acompanhar todas as Conferências Estaduais, fazer
994 matérias à distância, ligando para as conferências que estão sendo organizadas, ou seja,
995 teremos um gás na divulgação da conferência. Informou ainda que via esse edital
996 também, vamos contratar uma equipe, para consolidar todas as informações de
997 Conferências Municipais e Estaduais, para preparar para a Conferência Nacional, textos
998 técnicos serão expedidos. O roteiro para a elaboração dos relatórios das Conferências
999 Estaduais e do Distrito Federal, também já tem uma proposta base, que está sendo
1000 discutida, e essa semana ainda os Ofícios da Ministra para as 5.570 prefeituras e para
1001 todos os governos das 27 Unidades da Federação, conclamando que sejam convocadas
1002 as Conferências Municipais e Estaduais. Informou que já temos 13 Conferências
1003 Estaduais com datas marcadas e disse que depois passará as informações para a Rosa
1004 de Lourdes encaminhar para todas para facilitar quando for nos seus respectivos estados
1005 para que possam se envolver neste processo. Relatou os estados que já estão com datas
1006 marcadas: Minas Gerais, Amapá, Bahia, Rio Grande do Sul, Alagoas, Santa Catarina, São
1007 Paulo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Paraíba, Espírito Santo, Pernambuco e Pará.
1008 Informou que inclusive já estamos recebendo os Decretos formais de convocação ou
1009 Portarias, e que os mesmos estão sendo colocados no link da Conferência, como uma
1010 forma de divulgar e estimular as outras Unidades da Federação. Conferências em
1011 Capitais, nós temos 11 com datas já marcadas: Florianópolis, Belo Horizonte, São Luís,
1012 Salvador, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Rio Branco, São Paulo e Goiânia.
1013 Conferências Intermunicipais, temos sete, sendo que duas já foram realizadas: Regional,
1014 do Norte Fluminense, que foi Campo dos Goytacazes, e do São João da Barra e São
1015 Francisco de Itabapoana, que foi feita em 8 de junho; a de Muriaé, que também
1016 aconteceu, saiu, inclusive um notícia no jornal local e tudo mais. Estamos fazendo um
1017 processo de mobilização dos municípios, depois a Silvana vai detalhar um pouco isso,
1018 mas essa é a grande questão hoje: mobilizar os municípios. **Linda Goulart**/Secretária
1019 Executiva disse que no evento que participaram em Belo Horizonte, para o lançamento
1020 da Conferência Estadual, três municípios falaram que já tinham marcado suas datas, não
1021 se lembrou dos nomes mas informou que pediu para eles mandarem as informações, e
1022 disse que além dos que já avisaram, tem vários marcando. **Eliana Graça**/SAIAT que
1023 representa a SAIAT na Comissão Organizadora da 4ª Conferência como suplente da
1024 Ângela Fontes/Secretária Adjunta-SAIAT e está na subcomissão de relatoria e temário.
1025 Falou que o texto já está para leitura e para utilização há vários dias disponível no site,
1026 e a partir dali as pessoas vão sugerir modificações e a equipe que está aqui em Brasília
1027 vai tentar incorporar. Em seguida, falou que a Comissão Organizadora está finalizando a
1028 proposta de roteiro de relatório para as conferências estaduais e do Distrito Federal.
1029 Esclareceu que a subcomissão passou o restante do seu tempo fazendo a proposta que
1030 está para a apreciação também da Comissão Organizadora Nacional, para finalizar e
1031 disponibilizar para que as conferências estaduais possam se preparar melhor (**Anexo nº**
1032 **12**). **Silvana Conti**/LBL informou que a subcomissão de articulação e mobilização, a qual
1033 integra, fez a reunião no dia 15 de junho com a presença das demais integrantes. Sobre
1034 as ações realizadas, informou que aconteceu o encontro preparatório com as OPMs,

1035 com as gestoras das Capitais e Estados, que foi no dia 18 e 19 de maio de 2015. Após
1036 este encontro, as gestoras começaram a enviar as datas das suas Conferências para
1037 construção do cronograma que a Sônia apresentou, falou que a SPM está fazendo o
1038 levantamento de onde tem OPMs e Conselhos e também se já realizaram Conferências.
1039 A importância de cada Conselheira contribuir no seu estado, na mobilização e também
1040 com o levantamento que estamos construindo, pois é importante saberem os
1041 municípios onde aconteceram processos para a realização da III Conferência Nacional
1042 de Políticas para as Mulheres, onde existe Conselho, onde existe OPMs; já em relação à
1043 Comissão de Articulação e Mobilização, por meio da representante do Fórum de
1044 Partidos Políticos, encaminhará uma solicitação para que representantes dos partidos
1045 reforcem a importância da participação na Conferência. A SAIAT vai conversar com a
1046 Bancada Feminina do Senado e da Câmara Federal, também para fazer essa mobilização
1047 e articulação e a SPM participará do Fórum das Mulheres das Centrais Sindicais, para
1048 conversar com as entidades nacionais sindicais e de mulheres, para contribuírem na
1049 articulação e mobilização. **Ângela Fontes**/Secretária Adjunta/SAIAT disse que estamos
1050 mapeando todo o país para podermos trabalhar com mais segurança nesta articulação.
1051 Falou ainda da importância das conselheiras se envolverem nesse processo junto com
1052 os organismos governamentais dos seus estados para realizarmos uma grande
1053 conferência. **Rosa de Lourdes**/CNDM distribuiu o compilado das conferências passadas
1054 que Neuza/Secretária-Adjunta/SAE lhe entregou. **Sônia Malheiros**/Assessora Especial
1055 do Gabinete sugeriu que houvesse troca de ideias sobre o material distribuído, com
1056 relação a proposta da estrutura e realização da 4ª CNPM, explicando que o
1057 detalhamento de nomes para mesas ficaria para ser apresentado depois. A ministra
1058 **Eleonora** agradeceu a Sônia Malheiros e as integrantes da Comissão Organizadora da 4ª
1059 CNPM. E lembrou sobre a redação das notas de repúdio sobre o caso ocorrido em
1060 Castelo do Piauí e sobre a não aprovação das cotas das mulheres na reforma política, na
1061 Câmara dos Deputados, para aprovação do Pleno. **Jacqueline Pitanguy**/Conselheira de
1062 Notório Conhecimento das Questões de Gênero, solicitou ajuda para complementar a
1063 nota. E referiu que esses jovens foram completamente abandonados, eles vivem em
1064 uma situação de abandono social, sujeitos aos traficantes de drogas. Então, a gente tem
1065 que construir alguma coisa que fale da responsabilidade social e da necessidade de
1066 amparar esses jovens. Só que ainda não havia terminado. Como encaminhamento, a
1067 ministra a **Eleonora** informou que a ASCOM/SPM editaria as duas notas. O Pleno
1068 deliberou por uma Nota de Pesar pela morte de Danielle Rodrigues Feitosa – Caso do
1069 Castelo do Piauí (**Anexo nº 13**) a ser amplamente divulgada e, inclusive enviada para a
1070 imprensa e para o governador do estado do Piauí; e por uma Nota do CNDM sobre a
1071 Reforma Política (**Anexo nº 14**), a ser enviada aos parlamentares do Congresso Nacional
1072 e postada nas redes sociais e nas listas das entidades das conselheiras da sociedade civil.
1073 **Cristiane Kondo**/Parto do Princípio informou que distribuiu entre as conselheiras uma
1074 nota endereçada ao Conselho Federal de Medicina e, dado a questão de tempo, mesmo
1075 tendo lido, a proposta da ministra foi que fosse postada na lista para considerações das
1076 conselheiras. Nada mais havendo a tratar agradeceu a presença e contribuição de todas
1077 e encerrou a reunião. Ata elaborada por Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos –
1078 Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.